

Filtros na Internet e conteúdos disponíveis nas bibliotecas públicas – entre a abertura e a censura

(contribuição para monografia a editar pela Editora Sete Pés, Porto, 2007)

Resumo: a instalação de filtros em bibliotecas públicas portuguesas levanta questões éticas e sociais no conflito com a liberdade de acesso à expressão e na forma como a população atingida pode ser privada não só da exposição a conteúdos de sua escolha como da oportunidade de decisão nesse processo; faz-se uma revisão do tema tal como abordado noutros países e propõem-se a abertura de debate sobre o mesmo assim como algumas medidas para lidar com a situação presente nas bibliotecas.

Palavras-chave: Filtros para a Internet; bibliotecas públicas; Portugal; ética; literacia da informação

1. Leitura pública

A leitura pública mediada pela Internet começa a ser filtrada por aplicações informáticas instaladas com a pretensão de controlar acessos a determinados conteúdos. Numa rede pública de bibliotecas ainda em expansão e afirmação, como encarar o constrangimento no acesso a um meio aparentemente incontrolado e incontrolável e que goza da aura da expressão livre? Conflitos entre liberdade de acesso à expressão, do ponto de vista da ética profissional e dos direitos dos leitores, por um lado, e preceitos de ordem moral, por outro, estão a ser criados. O debate sobre a temática, em curso noutros países, deve iniciar-se em Portugal para fundamentar decisões e práticas. Para tanto se propõe este contributo.

da estante distante...

Vale a pena recordar começar por recordar o que eram as bibliotecas públicas em Portugal há alguns anos atrás: em «*edifícios velhos, acanhados e desconfortáveis*», nas palavras do Manifesto *A leitura pública em Portugal*, de 1983¹ a estantaria simbólica e materialmente interpunha o vidro ou a rede de arame entre o leitor/a e o livro. Nesse documento lançado por um grupo de bibliotecários, àquela descrição somava-se a desactualização das colecções, a ausência de investimento sério no seu desenvolvimento e o confinamento da animação e actividades «*sempre demasiado elitistas ou eruditas, distantes dos reais interesses da população*» (cit. por Calixto, 2000).

... à estante aberta...

Segundo Calixto, produz-se um grande salto qualitativo com o Programa Nacional de Bibliotecas Públicas lançado em 1987, sendo inauguradas no Continente, entre 1988 e 1999, 80 bibliotecas. O número de utilizadores quintuplica, entre 1991 e 1998, passando a mais de 3 milhões. Os empréstimos triplicam, entre 1991 a 1997, no nome de 207 em cada mil habitantes. Na sua análise, o envolvimento do Estado nesse programa de modernização dá lugar ao «acentuar dos [...] papéis [das bibliotecas públicas] relacionados com a educação, com a cultura e com a informação. E a biblioteca assume-se também como um importante instrumento na luta pela inclusão social. O desenvolvimento destes papéis significa uma oportunidade única para a biblioteca pública afirmar a sua importância e aumentar a sua visibilidade e influência a nível social e político, fundamentais para enfrentar os desafios que se prefiguram no horizonte próximo». Uma reportagem jornalística, editada no mesmo ano do trabalho de Calixto e que ele cita, dá então uma outra visão, entusiasmada: «São bibliotecas de portas abertas, estas da nova geração.[...] Hoje o self-service das obras é

ponto assente. Aliás tudo ali é para ser mexido e usufruído. Tudo ali está organizadamente desarrumado. Tudo ali está vivo².

Quem são estes leitores e leitoras? Investigação recente fornece interessantes instrumentos de leitura dos actuais leitores e leitoras das bibliotecas públicas através de estudos de caso representativos desta realidade (Lopes & Antunes, 2000): sabemos que nas bibliotecas públicas predominam as crianças, adolescentes e jovens adultos, com o grupo dos adolescentes a evidenciar um frequente e expressivo peso, grupo este constituído maioritariamente por estudantes; que está mais representado o género feminino; que as práticas de leitura são diferenciadas socialmente também por género, tanto no que toca a temas e géneros literários, como a tipos de publicação (livros, revistas, jornais) o que se explicará pelos diferenciadores mecanismos de socialização de género; que a origem socio-cultural é diversa, predominando as diversas pequenas burguesias nas origens familiares de classe (p. 134); com realce para o facto de que «*apesar duma associação positiva entre o gosto pela leitura, a intensidade da prática e o capital escolar*» da família (p. 51) a esmagadora maioria dos leitores ultrapassou o 3º ciclo do ensino básico tendo pais cuja escolaridade própria se quedou, maioritariamente, por aí (p. 19).

Contudo classe social de pertença ou origem, de par com o diverso capital escolar dos pais, não chegam para explicar as disposições e motivações ou representações que os próprios fazem da leitura, todas elas muito diversificadas mostrando realidades locais heterogéneas. Investigação sobre os hábitos de leitura de Freitas, Casanova & Alves (1997), mostrou que, entre portugueses não analfabetos e de 15 ou mais anos, predominavam as representações da leitura associadas ao agrado (52%) e à aprendizagem (50%), seguindo-se as associadas a utilidade (39%), comunicação (34%), e necessidade (28%). Já a leitura nas bibliotecas, segundo leitores inquiridos em diversas cidades, construía-se mais em representações associadas à instrumentalidade, à leitura para estudo, por necessidade, por obrigação. Sinalizado foi o serem as bibliotecas públicas «*uma retaguarda da instituição escolar*», proporcionando ambiente e recursos documentais para o estudo, porém «*sem que existam nítidos efeitos de arrastamento para o investimento na intensificação e diversificação das práticas de leitura*» (Lopes & Antunes, 2000, p. 51).

E acontece que estes eram espaços que estavam entretanto a ser transformados, por uma outra mudança dos anos mais recentes: a ligação à Internet, de acesso gratuito, começava a generalizar-se.

...à estante (também) virtual

Analisa-se então dois casos particulares abordando particularmente a relação com as novas tecnologias: as bibliotecas de Leiria (Ferreira, Mendes & Pereira, 2001) e Oeiras (Moura, 2001). No caso de Oeiras, e tendo em conta que 80% das respostas reportam a leitores de 25 anos ou menos, as representações da leitura fazem-se sobretudo na associação a prazer e distração (86,5%), instrumentalidade (68,7%) e obrigação (12,7%). Quanto aos motivos dessa leitura distribuem-se por: aumento da cultura geral (63,6%); gosto (62,4%); provas escolares/profissionais (55,2%); aumentar conhecimentos específicos (40%); diversão/distração (23,6%) e evasão (10%).

Em investigação conduzida em Santa Maria da Feira (Sequeiros, 2004) concluiu-se que a utilização da Internet nessa biblioteca, por parte de adolescentes, se orientava sobretudo para fins escolares, tendo no entanto as finalidades da comunicação por correio electrónico e chat, com amigos e família fundamentalmente, e acesso às notícias, os lugares seguintes nas preferências. As motivações para o uso na Biblioteca foram explicadas e ordenadas pelos próprios, em primeiro lugar, pelo bom ambiente e tranquilidade, disponibilidade de vários

¹ A leitura pública em Portugal: Manifesto. 1983. Cadernos BAD, nº 1, p.11-14.

computadores e proximidade de casa ou da escola; em segundo, pela coexistência de outros recursos, pela gratuidade, pelo apoio do pessoal e por estarem com amigos, acompanhados, em alternativa a estarem sozinhos em casa; em terceiro, porque, ali «se estava bem», a conviver com amigos e outras pessoas e por haver computadores disponíveis. Uma nota particular para o facto de que a grande maioria navegava habitualmente acompanhado por amigos e de que a maioria também fazia um uso delegado da Net, procurando informação para terceiros.

Este retrato vai de encontro a outras investigações análogas que evidenciaram que a leitura, e já agora a escrita, na Internet não podem ser lidas simplesmente como actividades solitárias, mas terem pelo contrário uma dimensão de sociabilidade potenciada pelo meio e que necessita de ser apreciada através de outras lentes de observação (Wellman & Gulia, 1999). Para além do efeito de extensão do referido uso delegado, quase todos os que usavam a Net eram leitores cumulativos, ou seja, usavam outros recursos documentais. O que também se verificou em investigações noutros países e que nos leva a afastar a visão da Internet associada a usos alienantes, fúteis ou sem interesse para o bem-estar, desenvolvimento pessoal e social e a vida em sociedade (Lenhart, Rainie & Lewis, ca. 2001; Castells, et al., 2002). Uma nota final para sublinhar que o acesso à Internet para um grande número desses leitores se fazer de forma intensiva ou até exclusiva nesse local ou ter aí um ponto preferido de acesso pela convivialidade e pela coexistência dos recursos tradicionais.

Tudo isto na tentativa de fazer um esboço de quem serão os utilizadores da Internet nas bibliotecas públicas. Leitores que agora têm a possibilidade de franquear os seus muros e sair para outras leituras, mediadas pela nova tecnologia. Para passar à questão de perceber em que condições está esse acesso a ser permitido. Ou seja, poder-se-á dizer da estante virtual que *tudo ali é para ser mexido e usufruído*?

2. Bibliotecas como locais de acesso público e universal e liberdade de acesso à expressão

De acordo com o Manifesto da IFLA (International Federation of Library Associations) qualquer leitor deve poder esperar duma biblioteca pública que ela seja uma instituição de acesso público, universal, vocacionada para a fruição cultural, o lazer, a aprendizagem, a convivialidade (IFLA & Unesco, 1994). Nesse documento de orientação ética já se deixava claro que «as colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais». Em posterior documento (IFLA & FAIFE, 2002) de idêntico carácter, o mesmo organismo internacional postulava que, citando o artº 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos «*todos têm direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de ter opiniões sem interferência e de procurar, receber e transmitir informação e ideias através de qualquer meio de comunicação e independentemente das fronteiras*». Pelo que defende que «as bibliotecas e os serviços de informação devem apoiar o direito dos utilizadores a procurar informação de sua escolha». Defende também que «as bibliotecas e os serviços de informação têm a responsabilidade de facilitar e promover o acesso público a informação e comunicação de qualidade. Os utilizadores devem ser assistidos com a perícia necessária e o ambiente adequado ao uso das fontes de informação e dos serviços escolhidos com liberdade e confiança. Para além dos muitos recursos valiosos disponíveis na Internet, alguns são incorrectos, enganadores e podem ser ofensivos. Os bibliotecários devem providenciar informação e recursos para que os utilizadores aprendam a usar a Internet e a informação electrónica eficaz e eficientemente. Devem promover proactivamente e facilitar o acesso responsável a informação de qualidade em rede a todos os utilizadores, **incluindo crianças e jovens** [realce meu]».

Efectivamente a defesa da liberdade de acesso à informação, da necessidade de informar e formar para o uso

² Carvalho, A. M. & Pena, P. 2000. **O Portugal que deu certo**. Visão, 6 Jan.

responsável, da defesa da confidencialidade dos usos, como objectivos éticos profissionais, tem-se revelado de trabalhosa e de complexa concretização neste momento histórico particular em que essas liberdades fundamentais são postas em causa em tantas outras instâncias. Também aqui a *velha bagagem* é transportada através da *nova fronteira electrónica*³.

É legítimo, eticamente admissível colocar filtros no acesso à Internet em bibliotecas públicas? *Essa é a questão...*

Nas bibliotecas sempre se assistiu a alguma forma de filtragem, de controle e até, digamos claramente, de censura nos conteúdos oferecidos à leitura. Começando pelas questões de gosto de quem propõe e adquire, gosto socialmente conformado, como sabemos desde Bourdieu (1979). O controle está embebido sobretudo em processos de aquisição, não exposto publicamente, ocorre com mais frequência; a censura será menos frequente actualmente no nosso país, mas quando ocorre é naturalmente silenciada. Como aquele caso duma Biblioteca que teve largos anos um Gabinete de Leitura Feminina, ainda durante a ditadura, assegurando que, pela criação dum espaço exclusivo, se obviava ao acesso a leituras *impróprias para senhoras*. Ou duma outra em que, edição de jornal que publique críticas ao presidente da autarquia, é edição *sumida*, antes mesmo de ser posta à disposição, por quem a escrutinou antes de chegar à sala de leitura. E tantos outros casos que as e os bibliotecários e leitores frequentes bem conheceram e conhecem.

da tecnologia à propiciação da escolha...

A questão nova que se coloca é o direito à liberdade dos leitores em aceder a conteúdos que efectivamente possam ser «*de sua escolha*», tal como advogam IFLA & FAIFE, liberdade essa que a tecnologia de navegação na Internet parece propiciar. As expectativas dos utilizadores são de livre acesso, a noção de Internet está, ainda que duma forma que se possa considerar simplista, associada à propiciação duma liberdade de navegação sem barreiras.

Mas o que são então os filtros? São programas informáticos que inspecionam conteúdos para impedir o acesso a páginas Web, Sítios completos e mensagens de correio electrónico; actuam com base em listas de palavras e frases consideradas inapropriadas pelos seus produtores ou por quem os instala; podem bloquear *hosts*, Sítios completos ou partes de Sítios, assim com protocolos (FTP, Usenet). Por vezes filtram também imagens com base na comparação de padrões: p.ex^o podem impedir o acesso a imagens com probabilidade de representar nudez. A sua instalação ao nível dum servidor pode filtrar de igual forma todos os computadores, e com eles todas as leituras, a ele ligados (Bastian, 1997). Como a detecção dessas palavras e imagens não tem em conta o contexto, significado ou valor podem bloquear, e fazem-no comprovadamente, o acesso a informação sobre saúde (cancro da *mama*; educação sobre, tratamento contra a *droga*), sexualidade em geral e orientação sexual em particular (*gay* ou *lésbica* estão normalmente nessas listas negras), artes plásticas (nudez, mas podendo confundir dunas de areia com grandes extensões de pele branca), anti-racismo e anti-xenofobia, política (Declaração da Independência dos EUA), etc., até ao erro grosseiro com nomes próprios por conterem certos caracteres (Middlesex, *Moby Dick*) ou por razões incertas (as peças completas de Shakespeare). O exaustivo e detalhado relatório produzido por um centro académico de defesa da liberdade de expressão (Heins, Cho & Feldman, 2006) é altamente elucidativo a este propósito, compilando argumentos e testes aos principais programas à venda nos EUA. A ineficácia e desadequação dos filtros, enfatizada correntemente (Bastian, 1997; Minow, 1997; Willson & Oulton, 2000; Minow, 2004; Trushina, 2004), desqualifica-os na minha opinião como solução.

³ alusão ao título de HERRING, Susan. 2004. **Gender differences in Computer Mediated Communication: bringing familiar baggage to the new frontier** [em-linha]. <<http://www.cpsr.org/prevsite/cpsr/gender/herring.txt>>.

... à ética embebida no código técnico

Uma segunda consideração para o facto de os filtros ocultarem aspectos polémicos: o da incorporação de padrões éticos na parametrização por defeito ou local do software, com uma opacidade naturalizada ou legitimada tecnologicamente, padrões que deveriam ser expostos à crítica da ética profissional de quem os adquire e os administra, por um lado; por outro o de estarem os filtros não só a decidir pelos leitores, violando direitos, como a obstar, nessa mediação, a que se confrontem com a fundamentação das regras que coarctam as suas práticas, regras essas que deveriam ser assumidas e divulgadas por quem as concretiza. Ou seja a ética embebida no código técnico (Feenberg, 2002), no processo da instrumentalização primária, o da parametrização com critérios sobre que é *inapropriado*, não é tão pouco exposta a quem se serve da tecnologia em processos de instrumentalização secundária, os da sua concretização nos usos como leitor na biblioteca.

A realidade é que neste momento, após a disponibilização da Internet nos espaços abertos de acesso público das bibliotecas portuguesas, é voz corrente entre os profissionais que grande parte das bibliotecas os instalou já. Em algumas optou-se por controle por software do acesso a conteúdos virtuais; noutras contratualiza-se esse acesso com os leitores, pontual e casuisticamente, caso acedam a conteúdos que bibliotecários e técnicos entendam ser impróprios, geralmente com a perspectiva de inibição de acesso por reincidência; noutras ainda optou-se por regulamentar o que se entende ser os usos não permitidos com as respectivas sanções.

definindo uso ofensivo, impróprio...

Durante a revisão de literatura sobre o tema, uma outra consideração que entendi ser necessário fazer prendeu-se com a descodificação de uso *impróprio*, *ofensivo*, *indevido*, ocorrendo argumentar que essa seria precisamente a primeira coisa a fazer. Em muita dessa literatura os termos quase sempre e apenas significavam acesso a pornografia, o que quer que se entenda pelo termo, como realçam precisamente Louise Cooke (2006b) e Marjorie Heins, Christina Cho & Ariel Feldman (2006). Raramente se enfocam outros usos como os conotados com sexismo, racismo e xenofobia, violência e abuso sobre pessoas; embora possam ser referidos no rol de preocupações subjacentes aos textos, nos usos a restringir as atenções são muito focadas em temas associados ao sexo, parecendo que aqui está a grande polémica perdendo-se de vista outros tópicos. Muitos desses trabalhos referem a forma como os meios de comunicação têm vindo a empolar o problema (Pors, 2001), mas não a desmontam, parecendo pelo contrário dar acolhimento a noções de sentido comum ao deixá-las inquestionadas. O de Willson & Oulton (2000) refere o receio das autoridades locais do Reino Unido de que houvesse acesso de crianças à pornografia, sem contudo desmontar os fundamentos de tal receio, tal como Eaton et. al. para o caso de Rhode Island, EUA (2001).

... e categorizando usos

Mais curioso é ainda notar que, num dos poucos estudos empíricos a que consegui aceder, a entrada em Sítios sobre sexo, *hard* e *soft*, era mínimo, com 2,8% do total de acessos (Curry, 2000). Note-se que este estudo canadiano não categoriza esse uso como pornografia, tendo tido a preocupação de o quantificar. Pors (2001) refere como a questão tem sido abordada na Dinamarca e que o uso de directrizes para o uso da Internet foi a resposta a situações de conflito entre pessoal e leitores, para também referir que há poucos problemas de «*mau uso*»⁴ nessas bibliotecas. Mais uma vez recorro a uma realidade empírica conhecida para referir que em Santa Maria da Feira (Sequeiros, 2004) a quase totalidade dos adolescentes fez questão de

⁴ [...] the notion of misuse is very broad. [...] librarians see misuse not only as phenomena like the downloading of pornographic, racist and Naziist material, but also changing the configuration of the computers, installation of start up pictures of a dubious kind and different types of noise problems. (p. 310)

afirmar não usar a Net para aceder a pornografia, mesmo antes de serem questionados especificamente sobre esse uso, denotando a incorporação do discurso negativo de senso comum sobre a Internet. O pessoal da biblioteca declarou que esse uso não era habitual nesse grupo etário e que, tendo sido feita a opção de não instalar filtros, acompanhavam e controlavam pessoalmente a navegação o que por si o desencorajava.

A questão a que é preciso responder aqui é quem são as pessoas que vão/estão a categorizar o que é ofensivo e impróprio numa perspectiva, não de uso privado, mas no contexto dum serviço público cultural, formativo e informativo?

enquadramento legal e ausência de consenso ético

Nos EUA está em vigor legislação que condiciona o financiamento das bibliotecas públicas ao cumprimento do tão contestado Children's Internet Protection Act (CIPA). Casos de conflito reportados na imprensa, comuns a crer na abundância de notícias, são-no como reacção a objecções de grupos de pressão ou de tutelas locais, que por vezes pretendem ir ainda mais longe do que a lei na sua actividade censória. A título quase anedótico veja-se a disputa em torno de livros banidos em algumas bibliotecas, como os do Harry Potter, por mencionarem a feitiçaria; ou a muito recente dum conto infantil e premiado *best-seller* banido por conter a palavra «escroto»⁵. A American Library Association, a American Civil Liberties Union e a Electronic Frontier Foundation têm, entre outros, vindo a tomar posição na defesa da liberdade de acesso à expressão, contra o actual quadro legal e contra esta vaga censória e de moralismo duvidoso, num processo longo de avanços e recuos que está longe de estar concluído. A ALA propõe aliás a colocação de filtros de privacidade⁶ nos monitores para assegurar em simultâneo a privacidade de quem consulta e a não exposição de terceiros a conteúdos não escolhidos por si, conciliando assim possíveis diferenças de ética pessoal. Posição análoga têm defendido organizações profissionais canadianas que Cavanagh (2005) refere e a que dá o seu acordo. Esta autora enfatiza, narrando um caso de conflito por que passou e que subiu aos tribunais, a necessidade de clarificar a questão entre os profissionais, sob pena de serem apanhados desprevenidos e impreparados para responder a dilemas éticos.

Em vários casos refere-se a dificuldade sentida pelos bibliotecários que defendem a prioridade da liberdade de acesso à expressão, têm na sua concretização por várias razões: por falta de unanimidade entre profissionais (Bastian, 1997), pelos referidos conflitos com alguns membros das comunidades, pela decisão ser tomada pelos responsáveis pelos serviços informáticos para todos os serviços na sua dependência, não pela biblioteca (Willson & Oulton, 2000); pelo possível conflito entre códigos de ética e a moral pessoal de alguns bibliotecários (Trushina, 2004). Por isso enveredam frequentemente, no quadro legal dos EUA, por situações de compromisso que resultam na aplicação o menos restritiva possível da legislação (Minow, 2004): filtragem por defeito a poder ser desinibida facilmente por iniciativa do leitor; bloqueamento em salas para crianças possível de desinibir a pedido dos responsáveis educativos; disponibilização de alguns computadores sem filtros em locais de menos circulação. Situações que tão pouco podem obviar a que grupos de defesa da liberdade de expressão avancem com queixas judiciais (Minow, 2004; Crawford, 2004), já que estes insistem no carácter fundamental dos direitos de liberdade intelectual e de expressão como princípios éticos gerais superiores aos da não exposição a conteúdos sentidos como ofensivos. Heins (2001) vai mais longe e questiona o uso das crianças como pretexto e as intenções e consequências desse tipo de superprotecção, traçando a história do que é considerado «prejudicial para as crianças».

⁵ BOSMAN, Julie. 2007. With one word, children's book sets off uproar. **The New York Times**. Feb. 18, 2007. <<http://www.nytimes.com/2007/02/18/books/18newb.html>>.

⁶ dispositivos semelhantes aos filtros para protecção ocular, fazem com que as informações no ecrã sejam visíveis apenas a quem está directamente em frente do monitor.

Em Portugal não existe enquadramento legal específico para esta questão. Existem por outro lado orientações Comunitárias que Louise Cooke resume (2006a) sublinhando as tendências contraditórias que detectou e que reflectem os interesses das várias partes em jogo, combinando aquilo que designa por «*manipulação das normas sociais*» com a regulação através da arquitectura dos sistemas, ou seja, das «*soluções técnicas*»; enfatiza a actual tendência para confiar menos nessas soluções técnicas passando a favorecer acções com reflexo nas normas sociais como a educação, a consciencialização e as práticas auto-reguladoras (códigos de prática e acordos sectoriais dos agentes económicos, em particular). O que se deverá em sua opinião, parcialmente, à dificuldade em «*legislar a nível transnacional sobre uma questão que depende de valores culturais e normas sociais variáveis entre diferentes comunidades*», à incapacidade das «*soluções técnicas terem uma abordagem com sensibilidade ao contexto dos conteúdos que seja aceitável de forma generalizada pelos clientes*». Já a aparente tendência das instâncias comunitárias para uma regulação da produção de conteúdos através da co-regulação arrisca-se, na sua opinião, a «*criar um défice democrático*; uma vez que pela co-regulação a Comunidade confia «*o atingimento dos objectivos definidos*» pelo legislador a determinadas partes no terreno, como parceiros sociais, organizações não-governamentais ou associações, ou seja «*o cumprimento da lei*» tende a ser progressivamente entregue a «*entidades privadas*» (p. 18).

formar ou censurar

Na sequência duma apurada revisão bibliográfica, Cooke (2006b) considera que para além da liberdade de expressão e da recepção dessa expressão, a liberdade intelectual passa também pela abertura a visões outras que não a nossa, no que as bibliotecas têm um importante papel formativo. Daí que questione se quereremos «*um mundo perfeitamente filtrado*». Para Svava H. Friogeirsdottir (cit. por Trushina, 2004) conhecer os conteúdos procurados por adolescentes e evitar informação eventualmente lesiva ser reconfortante para pais, directores de escolas e bibliotecários. Contudo os filtros não ajudam os adolescentes a assumir responsabilidade em ordem à adultez nem a «*fazer juízos críticos independentes, a dizer 'não' a avanços sexuais não desejados, a viver vicariamente através de histórias em vez de viver perigosamente através da experiência própria*». Irina Trushina (p. 419) alerta para o facto dos bibliotecários poderem, sem se dar conta, estar a converter-se em censores.

Cooke argumenta ainda que as bibliotecas devem, alternativamente, encaminhar os recursos alocáveis a filtros para a formação de leitores, tal como Heins, Cho & Feldman (2006). Propõe ainda a redacção de directrizes de uso, na esteira das sugestões e casos concretos referidos por Sturges (2002).

Às promoções de instalação de computadores e redes deveria associar-se (senão tomar a primazia num momento em que já vão existindo aqueles) a política de promoção da literacia informacional – também designada digital (Bawden, 2001) – que crie competências e sensibilidades desde a leitura/escrita até ao pensamento crítico de análise, questionamento e interpretação da informação contida em documentos, passando pela identificação e validação das fontes, para a elaboração de juízos informados sobre a mesma e para a capacidade de a aplicar à vida quotidiana.

3. A biblioteca entre o que é e o que pode ser

A decadência das culturas não tem a ver com o fechamento mas com abertura ao exterior, ao diverso, ao novo. A modernidade no mundo ocidental assentou nessa mesma abertura, em novos hibridismos culturais ricos e fecundos. Neste panorama enquadram-se mal tanto as superioridades morais, como a ignorância das realidades. A *claustromania* provinciana dificilmente consegue lidar com a abertura ao globo. Passar a olhar para os leitores, de qualquer idade, como potenciais prevaricadores não é edificante.

Por isso defendo um *livre-acesso* à Internet como vertente fundamental da abertura, inclusive para as suas dimensões de informação para a cidadania, de actividades de lazer «*até porque, na prática social, em particular nos estilos e vida juvenis, [as dimensões instrumental e informativa, lúdica e de convívio] parecem poder desenvolver-se em complementaridade e em potenciação recíproca*» (Ferreira, Mendes & Pereira, 2001, p. 102) potenciando a diversificação e alargamento do leque e opções da leitura. No que «*é um longo caminho a percorrer no contexto da mudança de mentalidades, já que subsistem as velhas representações da biblioteca ainda com espaço algo distante e fechado, dirigido apenas aos estudantes*» (Moura, 2001, p. 104).

O contraste entre a oferta do acesso real e as expectativas associadas à estante virtual reforça a necessidade da consciência e da intervenção orientadas por princípios da ética da liberdade de acesso à expressão. O que antes era mais ocultado poderá agora estar mais desvelado e por isso mesmo exposto à apreciação crítica dos leitores e da sociedade em geral, tanto no que toca a consultas como no que toca às políticas bibliotecárias. E recoloca na ordem do dia a questão da censura, do paternalismo e outras práticas de controle que podem estar já a ser aplicadas para os suportes tradicionais, oferecendo uma oportunidade de debate sobre um tema geralmente ausente das preocupações profissionais e técnicas.

Seria da maior conveniência, em nome da transparência das condições de prestação desse serviço que esta questão fosse debatida de forma alargada entre as e os profissionais portugueses com a intervenção das suas associações.

4. Bibliografia

BASTIAN, JEANNETTE ALLIS. 1997. Filtering the Internet in American public libraries: sliding down the slippery slope. **First Monday** [em-linha], vol. 2, no. 10 [consult. 2004-12-14]. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/issues/issue2_10/bastian/index.html>.

BAWDEN, DAVID. 2001. Information and digital literacies: a review of concepts. **Journal of Documentation**, vol. 57, no. 2, pp. 218-259. Também disponível em: <<http://dlist.sir.arizona.edu/895/>>.

BOURDIEU, PIERRE. 1979. **La distinction: critique sociale du jugement de goût**. Paris: Les Éd. de Minuit. ISBN 2-7073-0275-9.

CALIXTO, JOSÉ ANTÓNIO. 2000. **As bibliotecas portuguesas: transformações, oportunidades e desafios** [em-linha]. Conferência Internacional Bibliotecas públicas: Inventando o futuro. Lisboa, Centro Cultural de Belém, 11-13 Maio 2000. [consult. 2007-02-17]. Disponível em: <<http://www.iplb.pt/>>.

CASTELLS, MANUEL, et al. 2002. Conclusión: cambio tecnológico, inercia histórica y transformación social [em-linha]. In: UOC. **La sociedad red en Catalunya: Informe de investigación I**. Barcelona, [consult. 2005-03-22]. p. 419-433. Também disponível em: <http://www.uoc.edu/in3/pic/esp/pdf/pic1_7.pdf>.

CAVANAGH, MARY. 2005. Sensemaking a public library's internet policy crisis. **Library Management**, vol. 26, no. 6/7, pp. 351-360.

COOKE, LOUISE. 2006a. Controlling the Net: European approaches to content and access regulation. **Journal of Information Science**, no. in-print, pp. 25. Também disponível em: <<https://magpie.lboro.ac.uk:8443/dspace/>>.

COOKE, LOUISE. 2006b. Do we want a perfectly filtered world? **Library Student Journal** [em-linha], no. November [consult. 2006-03-12]. Disponível em: <http://informatics.buffalo.edu/org/ljsj/articles/cooke_2006_11_do.php>.

CRAWFORD, WALT. 2004. The censorware chronicles. **Cites & Insights** [em-linha], vol. 4, no. 10 [consult. 2007-02-17].

CURRY, ANN. 2000. **What are public library customers viewing on the Internet? An analysis of Burnaby transaction logs** [em-linha]. Burnaby: Burnaby Public Library, [consult. 2005-03-22]. Disponível em: <<http://www.bpl.burnaby.bc.ca/weblog.htm>>

EATON, GALE, et al. 2001. Use of the Internet by youth-serving librarians in Rhode Island. **Journal of Youth**

FEENBERG, ANDREW. 2002. **Transforming technology: a Critical Theory revisited**. Oxford: Oxford University Press. ISBN 0195146158.

FERREIRA, PAULO, MENDES, RICARDO & PEREIRA, INÊS. 2001. **Jovens, leitura e novas tecnologias de informação: a biblioteca Afonso Lopes Vieira**. Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. ISBN 972-8488-20-3.

FREITAS, EDUARDO DE, CASANOVA, JOSÉ LUÍS & ALVES, NUNO DE ALMEIDA. 1997. **Hábitos de leitura: um inquérito à população portuguesa**. Lisboa: Dom Quixote. ISBN 972-20-0964-8.

HEINS, MARJORIE. 2001. Not in front of the children: "indecentcy," censorship, and the innocence of youth. New York: Hill and Wang. ISBN 0374175454.

HEINS, MARJORIE, CHO, CHRISTINA & FELDMAN, ARIEL. 2006. **Internet filters: a public policy report** [em-linha]. 2nd ed. New York: Brennan Center for Justice at NYU School of Law, Disponível em: <<http://www.fepproject.org/policyreports/filters2.pdf>>.

IFLA & FAIFE. 2002. **The IFLA Internet Manifesto** [em-linha]. The Hague: IFLA, [consult. 2007-02-17]. Disponível em: <<http://www.ifla.org/III/misc/im-e.htm#3>>.

IFLA & UNESCO. 1994. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (1994)** [em-linha]. IFLA, [consult. 2007-02-17]. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>.

LENHART, AMANDA, RAINIE, LEE & LEWIS, OLIVER. ca. 2001. **Teenage life online: the rise of the instant-message generation and the Internet's impact on friendships and family relationships** [em-linha]. Washington: Pew Internet & American Life Project, [consult. 2005-03-25]. Disponível em: <http://www.pewinternet.org/pdfs/PIP_Teens_Report.pdf>.

LOPES, JOÃO TEIXEIRA & ANTUNES, LINA. 2000. **Sobre a leitura: vol. V. Bibliotecas e hábitos de leitura: instituições e agentes - relatório síntese**. Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas; Observatório das Actividades Culturais.

MINOW, MARY. 1997. Filters and the public library: a legal and policy analysis. **First Monday** [em-linha], vol. 2, no. 12 [consult. 2005-05-07]. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/issues/issue2_12/minow/index.html>.

MINOW, MARY. 2004. Lawfully surfing the Net: disabling public library Internet filters to avoid more lawsuits in the United States. **First Monday** [em-linha], vol. 9, no. 4 [consult. 2004-07-08]. Disponível em: <http://firstmonday.org/issues/issue9_4/minow/index.html>.

MOURA, ANA MOCUIXE. 2001. **Práticas de leitura, jovens e novas tecnologias: a Biblioteca Municipal de Oeiras**. Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. ISBN 972-8436-21-1.

PORS, NIELS OLE. 2001. Misbehaviour in the public library: Internet use, filters and difficult people. **New Library World**, vol. 102, no. 168, pp. 309-313.

SEQUEIROS, PAULA. 2004. **Pasando el tiempo en la Net: apropiaciones juveniles de la Red en el espacio de una biblioteca pública**. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya. Tese de Máster en Sociedad de la Información y del Conocimiento. Também disponível em: <http://www.cibersociedad.net/congres2004/grups/fitxacom_publica2.php?idioma>.

STURGES, PAUL. 2002. **Public Internet access in libraries and information services**. London: Facet. ISBN 1-85604-425-4.

TRUSHINA, IRINA. 2004. Freedom of access: ethical dilemmas for Internet librarians. **The electronic library**, vol. 22, no. 5, pp. 416-421.

WELLMAN, BARRY & GULIA, MILENA. 1999. **Net surfers don't ride alone: virtual communities as communities** [em-linha]. Toronto: University of Toronto, Disponível em: <www.chass.utoronto.ca/wellman/publications/netsurfers/netsurfers.pdf>.

WILLSON, JONATHAN & OULTON, TONY. 2000. Controlling access to the Internet in UK public libraries. **OCLC Systems & Services**, vol. 16, no. 4, pp. 194-201.